

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2011, DO SR. WELITON PRADO, QUE “DISPÕE SOBRE O REGIME DE APROVEITAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS, COM EXCEÇÃO DOS MINÉRIOS NUCLEARES, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS E DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SUBMETIDAS AO REGIME DE LICENCIAMENTO DE QUE TRATA O INCISO III DO ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967”.

REQUERIMENTO Nº , de 2015.

(do Sr. Chico Alencar)

“Requer seja realizada Audiência Pública da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 37, de 2011, para debater o seu mérito no que diz respeito aos impactos de mineração na geração de gases de efeito estufa”.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública para debater os impactos de mineração na geração de gases de efeito estufa.

Deverão ser convidados a participar da reunião representantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC e do Observatório do Clima – OC.

JUSTIFICATIVA

Entre 30 de novembro e 10 de dezembro de 2015, ocorrerá a 21ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Paris. Trata-se do cume de um processo que se desenrola desde 2009 (quando Brasil assumiu compromissos voluntários de mitigação de emissões), e que visa construir um novo acordo global de redução de emissões, a exemplo do protocolo de Kyoto, encerrado em 2012.

O Brasil tem tido um papel de protagonismo no cenário mundial, a despeito de grandes lacunas nas políticas ambientais nacionais. Neste ano, o País levará para Paris uma nova meta de redução de emissões – ainda não divulgada – que é calculada a partir de projeções de atividades econômicas diversas, dentre as quais se inclui a mineração.

Não somente a própria atividade mineral como seus efeitos colaterais podem contribuir sobremaneira para a emissão de CO². Isto é mais grave em regiões florestadas, especialmente

em Unidades de Conservação, para as quais o desmatamento seria grande, vez que geralmente se encontram distantes de infraestrutura pronta para o atendimento da instalação de minas.

Pela importância do debate climático, e considerando o fato de que as instituições sugeridas não foram ouvidas até o momento por esta comissão, faz-se importante trazê-las para uma audiência pública.

Sala das Comissões, em 1º de setembro 2015.

CHICO ALENCAR

Deputado Federal – PSOL/RJ